



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 2012 E 2011

SUMÁRIO

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016™

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

1 Relatório dos auditores independentes	3
2 Demonstrações Contábeis	5
3 Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e 01 de janeiro de 2011	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores do
Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (Entidade), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada, com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 tem até o ano de 2023 como prazo final de encerramento das suas atividades, como consequência, na avaliação e registro de seus ativos e passivos, a referida descontinuidade das operações está sendo refletida adequadamente nas demonstrações contábeis da Entidade, para que no encerramento das suas operações, previstas no Estatuto, todos e quaisquer ajustes decorrentes desse encerramento, estejam adequadamente contabilizados, de forma que a Entidade realize seus ativos e efetue a liquidação de seus passivos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, com período de término de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em decorrência deste assunto.

Outros assuntos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.4, em decorrência da mudança quanto ao critério do reconhecimento de receita com patrocínio e como consequência, das comissões a pagar aos órgãos relacionados a organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, bem como da reavaliação interna quanto a premissas e estimativas na constituição de provisões trabalhistas para dissolução do quadro de pessoal ao final dos jogos e o reconhecimento do direito de uso da marca dos Jogos Paralímpicos, a Administração do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, decidiu reapresentar e reemitir as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, as quais foram ajustadas e estão sendo reapresentadas e reemitidas como previsto na NBC TG 23 (práticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. As demonstrações contábeis originalmente apresentadas, descritas na referida nota explicativa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, antes da realização dos referidos ajustes, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem modificação, em 03 de fevereiro de 2012.

As demonstrações contábeis do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, utilizadas como saldo de abertura, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem modificações, em 21 de março de 2011.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013.



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012
e de 2011 e 01 de janeiro de 2011

(valores expressos em reais)

ATIVO

			31/12/11	
	Notas	31/12/12	(Reapresentado)	01/01/11
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	239.133	1.722.408	12.626.586
Contas a receber	4	11.779.795	34.835.000	-
Adiantamentos	5	2.131.440	-	-
Despesas antecipadas	-	187.944	187.944	-
Outras contas a receber	-	317.152	216.450	1.034.320
Total do ativo circulante		14.655.464	36.961.802	13.660.906
Ativo não circulante				
Contas a receber	4	69.453.581	17.007.632	-
Despesas antecipadas	-	751.777	939.721	-
Outras contas a receber	-	1.116.220	-	-
		71.321.578	17.947.353	-
Imobilizado	6	4.154.355	429.742	91.916
Intangível	7	17.969.602	21.621.192	29.848
		22.123.957	22.050.934	121.764
Total do ativo não circulante		93.445.535	39.998.287	121.764
Total do ativo		108.100.999	76.960.089	13.782.670

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e 01 de janeiro de 2011

(valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)

			31/12/11	
	Notas	31/12/12	(Reapresentado)	01/01/11
Passivo circulante				
Empréstimos	8	4.350.486	77.322.453	-
Fornecedores	9	8.603.604	1.777.753	2.510.372
Contas a pagar	10	30.281.764	4.911.316	22.265
Comissões a pagar	11	28.910.557	12.975.860	-
Impostos e taxas a recolher	12	1.997.594	1.346.106	297.602
Contribuições sociais a recolher	12	2.159.548	957.934	324.380
Provisões trabalhistas	13	5.680.054	3.550.622	-
Adiantamento de patrocinadores	14	11.964.067	-	-
Total passivo circulante		93.947.674	102.842.044	3.154.619
Passivo não circulante				
Empréstimos	8	61.305.000	-	33.324.000
Contas a pagar	10	13.977.540	30.861.322	-
Comissões a pagar	11	3.964.579	1.067.155	-
Provisões trabalhistas	13	3.470.174	1.316.327	-
Adiantamento de patrocinadores	14	81.200.000	-	-
Total do passivo não circulante		163.917.293	33.244.804	33.324.000
Patrimônio social (passivo a descoberto)				
Fundo patrimonial		10.000	10.000	10.000
Déficit acumulado		(149.773.968)	(59.136.759)	(22.705.949)
		(149.763.968)	(59.126.759)	(22.695.949)
Total do passivo e do patrimônio social (passivo a descoberto)		108.100.999	76.960.089	13.782.670

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016

Demonstrações do déficit dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(valores expressos em reais)

	Notas	31/12/12	31/12/11 (Reapresentado)
Receita de atividades operacionais	16	194.799.066	109.608.094
Despesas operacionais			
Comissões	16	(34.480.050)	(19.925.477)
Despesas com pessoal	17	(76.866.695)	(43.603.624)
Provisão para dissolução trabalhista	13	(2.153.847)	(1.316.327)
Despesas gerais e administrativas	18	(82.158.078)	(61.919.442)
Despesas com propaganda e publicidade	-	(4.253.164)	(671.640)
Despesas com eventos	19	(58.546.988)	(2.929.147)
Impostos e taxas	-	(5.676.269)	(1.422.638)
Despesas com depreciação e amortização	6 e 7	(4.434.308)	(424.420)
Outras receitas	-	2.529	81.742
Déficit antes do resultado financeiro		(73.767.804)	(22.522.879)
Resultado financeiro líquido	20	(16.869.405)	(13.907.931)
Déficit do exercício		(90.637.209)	(36.430.810)

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016

Demonstrações das mutações do patrimônio social em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Déficit acumulado	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2011	10.000	(22.705.949)	(22.695.949)
Déficit do exercício anteriormente apresentado	-	(76.561.431)	(76.561.431)
Saldo em 31 de dezembro de 2011 – anteriormente apresentado	10.000	(99.267.380)	(99.257.380)
Ajuste de refazimento das demonstrações contábeis	-	40.130.621	40.130.621
Saldo em 31 de dezembro de 2011 – Reapresentado	10.000	(59.136.759)	(59.126.759)
Déficit do exercício	-	(90.637.209)	(90.637.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.000	(149.773.968)	(149.763.968)

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(valores expressos em reais)

	31/12/12	31/12/11 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(90.637.209)	(36.430.810)
Depreciações e amortizações	4.434.308	424.420
Variação cambial não realizada	12.805.103	11.947.335
	<u>(73.397.798)</u>	<u>(24.059.055)</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(29.390.744)	(51.842.632)
Adiantamentos	(2.131.440)	-
Despesa antecipada	187.944	(1.127.665)
Outras contas a receber	(1.216.925)	817.872
Impostos e taxas a recolher	651.488	1.048.504
Contribuições sociais a recolher	1.201.614	633.554
Fornecedores	4.499.545	(732.619)
Provisões trabalhistas	4.283.279	4.318.043
Comissões a pagar	17.190.521	13.264.215
Adiantamento de patrocinadores	93.164.067	-
Contas a pagar	8.486.668	35.750.371
	<u>96.926.017</u>	<u>2.129.643</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	<u>23.528.219</u>	<u>(21.929.412)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimento no imobilizado e ativo intangível	<u>(4.507.331)</u>	<u>(22.353.590)</u>
	(4.507.331)	(22.353.590)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	<u>(20.504.163)</u>	<u>33.378.824</u>
	(20.504.163)	33.378.824
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.483.275)</u>	<u>(10.904.178)</u>
Demonstração da variação líquida		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.722.408	12.626.586
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	239.133	1.722.408
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.483.275)</u>	<u>(10.904.178)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e 01 de janeiro de 2011

(valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (denominado Entidade) foi constituído em 8 de abril de 2010, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Ulisses Guimarães, nº 2.016 - Cidade Nova.

A Entidade atua como uma sociedade civil de direito privado, com natureza desportiva, sem fins lucrativos e tem como atividade preponderante a promoção, organização e realização, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Distrito Federal, bem como nas Cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, respectivamente, os Jogos Olímpicos, no período compreendido entre o dia 05 de agosto e o dia 21 de agosto de 2016, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, os Jogos Paralímpicos, no período compreendido entre o dia 07 de setembro e o dia 18 de setembro de 2016, cumprindo o disposto nos instrumentos contratuais denominados Host City Contract, Marketing Program Agreement e Joint Marketing Program Agreement, referidos no Artigo 1º, na Carta Olímpica, respeitadas, também, quando aplicáveis, as disposições estatutárias, regimentais e normativas, do Comitê Olímpico Internacional (COI), do Comitê Paralímpico Internacional (CPI), da World Antidoping Agency e o disposto no estatuto do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

As pessoas jurídicas que integram a Entidade como associados são, além do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPI), as Confederações Brasileiras Dirigentes dos Esportes Olímpicos, desde que suas respectivas modalidades estejam incluídas no programa dos Jogos Olímpicos de 2016 e filiadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), as quais estejam, também, filiadas às respectivas Federações Internacionais e desde que as ditas entidades nacionais manifestem expressa intenção de associação.

Os órgãos deliberativos do Rio 2016 são os seguintes:

- a) Assembleia Geral
- b) Diretoria Estatutária
- c) Conselho Executivo
- d) Conselho Fiscal
- e) Conselho de Honra

O Conselho Executivo da Entidade, formado nos exatos termos do que dispõe a cláusula 2ª, do contrato denominado Host City Contract, referido no Artigo 1º, será integrado pelo presidente da Entidade, pelos membros brasileiros, de qualquer categoria, integrantes do Comitê Olímpico Internacional, atualmente o Dr. Carlos Arthur Nuzman e o Dr. João Havelange, pelo Secretário-Geral do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), ou pelo seu representante, indicado em substituição pelo Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), como previsto no § 3º, Artigo 28º, por um representante do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPI) indicado por seu presidente, por um atleta Olímpico indicado pelo Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), por um representante do Município do Rio de Janeiro, indicado pelo Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, por um representante do Estado do Rio de Janeiro, indicado pelo Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, e um representante do Ministério do Esporte, indicado pelo Sr. Ministro do Esporte, todos com mandato único, pelo prazo de duração da Entidade, previsto no Artigo 2º.

Dentre as tarefas pertinentes ao comitê, a fim de atingir seu objetivo final, destacam-se as seguintes:

- a) promover, organizar e realizar, em qualquer cidade do território brasileiro, eventos esportivos com a participação de atletas brasileiros e/ou estrangeiros ou outros de qualquer natureza, inclusive eventos-teste e preparatórios para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
- b) promover, organizar e realizar, em qualquer cidade do território brasileiro, no período que anteceder aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, eventos de qualquer natureza, desportivos ou não, cujos direitos serão comercializados de forma independente, respeitados os direitos de terceiros, contratados com o Comitê Olímpico Internacional (CPI) e/ou com a Entidade, incluído, mas não limitado, o revezamento da Tocha Olímpica, programa cultural, eventos-teste e preparatórios, relacionados aos mesmos Jogos
- c) relacionar-se com os órgãos da administração pública federal, estadual e/ou municipal, sociedades de economia mista, entidades públicas e/ou autarquias, entidades privadas e pessoas físicas
- d) contratar, com as pessoas referidas na letra “c” acima e/ou com quaisquer outras, a realização de obras, a prestação de serviços e a aquisição de bens de toda natureza, móveis e imóveis, bem como o repasse de recursos mediante celebração dos respectivos convênios e contratos

- e) licenciar, dentro do território brasileiro, a utilização das marcas de sua titularidade, registradas nos organismos nacionais competentes e/ou marcas cuja titularidade lhe for cedida e/ou quaisquer outros direitos dos quais seja, por qualquer forma, titular, de modo a gerar receitas

As operações da Entidade diretamente ligadas aos Jogos têm previsão de encerramento até 31 de dezembro de 2016, sendo que, de acordo com o estatuto social, a Entidade tem como prazo final de duração a data de 31 de dezembro de 2023, sendo que este prazo poderá ser antecipado mediante proposta do presidente da Entidade, a qual será submetida ao exame e a deliberação da Assembleia Geral.

As demonstrações contábeis da Entidade foram aprovadas na reunião da diretoria realizada em 22 de março de 2013.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e 01 de janeiro de 2011, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A moeda funcional da Entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber de patrocínio, incluindo aquelas cuja contraprestação recebida pela Entidade vem na forma de prestação de serviços ou venda de produtos pela contraparte, mais conhecida como *Value in Kind* (VIK), são reconhecidas de acordo com a política de reconhecimento de receita descrita no item “j” abaixo.

c) Contas a receber

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo de duração da Entidade. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção.

d) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, limitada ao prazo de duração da Entidade.

e) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados externos da Entidade. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e 1 de janeiro de 2011, a Entidade não possui contingências nas esferas cíveis, trabalhistas e tributárias.

f) Provisão para dissolução trabalhista

A provisão para dissolução trabalhista é reconhecida pelo montante estimado pela Administração da Entidade para pagamento de valores rescisórios aos seus funcionários quando da sua dissolução. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de prováveis desembolsos futuros, observadas suas naturezas.

g) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos, fornecedores, comissões a pagar e contas a pagar.

Tais instrumentos são classificados instrumentos financeiros básicos, os quais são mensurados pelo método de custo de amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e 01 de janeiro de 2011, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos.

h) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação e os saldos dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

i) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Reconhecimento da receita

A receita decorrente da cessão de direitos de uso da marca e de comissão sobre venda de produtos licenciados, observando o momento em que a Entidade transfere ao patrocinador os benefícios inerentes a cada contrato, é reconhecida de forma linear e desde que possa ser estimada de maneira confiável. A contraprestação desses contratos é realizada na forma de prestação de serviços *Value in Kind* (VIK) ou mediante recursos financeiros.

Os montantes da receita, incluindo a atualização monetária, líquidos das parcelas já recebidas, são contabilizados como contas a receber ou como adiantamentos de patrocinadores, caso a apropriação da receita seja inferior à parcela já recebida, seja como recursos financeiros ou *Value in Kind* (VIK).

k) Obrigações tributárias

Por ser instituição sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do pagamento do Imposto sobre a Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) nos termos do Artigo 15º e seguintes da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

A Entidade vem contribuindo para o PIS por meio da aplicação da alíquota de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal, estando essa forma de incidência prevista no Artigo 13º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. Ainda conforme a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, Artigo 14º, a Entidade goza de isenção da Cofins relativamente às receitas provenientes das atividades próprias, estando excluídas deste benefício as receitas decorrentes

de outras atividades estranhas à finalidade da Entidade, ainda que estas receitas sejam utilizadas na manutenção de sua atividade-fim.

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados, quando aplicável, pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de “receita” ou “despesas financeiras”, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não foram identificados ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

m) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Entidade analisa anualmente, especialmente as operações na modalidade *Value in Kind* (VIK), se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e em 1 de janeiro de 2011 a Entidade não identificou evidências de redução ao valor recuperável dos ativos.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de premissas e estimativas por parte da Administração da Entidade que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Reconhecimento da receita

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da cessão de uso da marca, bem como da comissão sobre a venda de produtos licenciados e, em particular, se a Entidade havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. Após a análise e mensuração criteriosa, a Administração concluiu que os principais riscos e benefícios inerentes a cada operação foram transferidos e que como consequência, seria apropriado o reconhecimento das receitas de forma linear.

O reconhecimento inicial desta receita é baseado no julgamento da Administração que considera, que todo o VIK detalhado nos contratos de patrocínio será integralmente utilizado durante o período do contrato.

b) Provisões para contingências

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

c) Provisão para dissolução trabalhista

A provisão para dissolução trabalhista é constituída sobre o montante estimado de encargos rescisórios adicionais de que a Entidade deverá dispender para fins de desligamento do quadro atual de funcionários quando da dissolução da Entidade. Esta provisão é revista uma vez por ano.

d) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Entidade revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou a amortização dos bens do imobilizado e intangível, no final de cada período de relatório. A vida útil estimada é comparada com prazo de duração da Entidade, sendo utilizado o menor prazo.

2.4. Reapresentação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011

Em decorrência da mudança quanto ao critério do reconhecimento de receita com patrocínio e as respectivas comissões aplicáveis, tendo como base o Pronunciamento Técnico CPC 30 adotado durante o ano de 2012 e com efeitos retroativos aos saldos iniciais do exercício de 2011, bem como de reavaliação interna quanto a premissas e estimativas na constituição de provisões trabalhistas para dissolução do quadro de pessoal ao final dos Jogos e reconhecimento do direito de uso da marca dos Jogos Paralímpicos, as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23.

Esta nota apresenta ajustes efetuados pela Entidade para reapresentar o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011, correspondentes ao exercício findo naquela data, integralmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

a) Balanço em 31/12/2011 - reapresentado

Ativo	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2011	Ajustes	Legenda	Saldos ajustados em 31/12/2011
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.722.408	-		1.722.408
Contas a receber	1.800.000	33.035.000	(a), (b)	34.835.000
Despesas antecipadas	-	187.944	(b)	187.944
Contratos em progresso	28.471.007	(28.471.007)	(b)	-
Outras contas a receber	216.448	-		216.448
Total circulante	32.209.863	4.751.937		36.961.800
Não circulante				
Contas a receber	7.200.000	9.807.632	(a), (b)	17.007.632
Contratos em progresso	151.121.459	(151.121.459)	(b)	-
Despesas antecipadas	-	939.721	(b)	939.721
Imobilizado	429.742	-		429.742
Intangível	246.635	21.374.557	(c)	21.621.192
Total não circulante	158.997.836	(118.999.549)		39.998.287
Total do ativo	191.207.699	(114.247.612)		76.960.087
Passivo				
Circulante				
Empréstimo no exterior	77.322.453	-		77.322.453
Impostos e taxas a recolher	1.346.106	-		1.346.106
Comissões a pagar	-	12.975.860	(b), (d)	12.975.860
Contribuições sociais a recolher	957.934	-		957.934
Fornecedores	773.913	1.003.840	(b)	1.777.753
Contratos a pagar	47.149.078	(47.149.078)	(b)	-
Contas a pagar	183.234	4.728.081	(b), (c)	4.911.315
Provisões trabalhistas	3.550.622	-		3.550.622
Adiantamento de patrocinadores	1.800.000	(1.800.000)	(b)	-
Total circulante	133.083.340	(30.241.297)		102.842.043
Não circulante				
Comissões a pagar	-	1.067.155	(b), (d)	1.067.155
Provisões trabalhistas	-	1.316.327	(e)	1.316.327
Contratos a pagar	150.181.739	(150.181.739)	(b)	-
Contas a pagar	-	30.861.321	(b), (c)	30.861.321
Adiantamento de Patrocinadores	7.200.000	(7.200.000)	(b)	-
Total não circulante	157.381.739	(124.136.936)		33.244.803
Patrimônio social				
Fundo patrimonial	10.000	-		10.000
Superavit/ (deficit) acumulado	(99.267.380)	40.130.621		(59.136.759)
Total do patrimônio social	(99.257.380)	40.130.621		(59.126.759)
Total do passivo e patrimônio social	191.207.699	(114.247.612)		76.960.087

b) Demonstração dos resultados em 31/12/2011 - reapresentada

	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2011	Ajustes	Legenda	Saldos ajustados em 31/12/2011
Receita bruta	58.125.462	51.482.632	(a)	109.608.094
Comissão	(10.723.876)	(9.201.601)	(d)	(19.925.477)
Receita líquida	47.401.586	42.281.031		89.682.617
Despesas com pessoal	(43.603.624)	-		(43.603.624)
Provisão para dissolução trabalhista	-	(1.316.327)	(e)	(1.316.327)
Despesas gerais e administrativas	(65.520.229)	-		(65.520.229)
Impostos e taxas	(1.422.638)	-		(1.422.638)
Despesas com depreciação e amortização	(68.177)	(356.243)	(c)	(424.420)
Outras receitas	81.742	-		81.742
(Déficit)/superávit antes do resultado financeiro	(63.131.340)	40.608.461		(22.522.879)
Resultado financeiro líquido	(13.430.091)	(477.840)	(a), (c) e (d)	(13.907.931)
Superávit/(déficit) do exercício	(76.561.431)	40.130.621		(36.430.810)

Legenda:

- (a) Ajuste pela mudança de critério de reconhecimento da receita, que passou a ser registrada de forma linear, pelo prazo de vigência do contrato
- (b) A Entidade registrava os compromissos contratuais no ativo e passivo. O procedimento foi modificado e os valores registrados no balanço patrimonial ajustado referem-se apenas a obrigações a pagar com fornecedores, comissões a pagar e outras contas a pagar
- (c) Ajuste pelo reconhecimento da aquisição do direito de uso da marca do Comitê Paralímpico Internacional (CPI) em 26 de novembro de 2011
- (d) Ajuste pelo cálculo das comissões sobre a receita após a adoção de novo critério de reconhecimento da receita
- (e) Reconhecimento da provisão para dissolução trabalhista

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011
Caixa e depósitos bancários	239.133	493.214	895.301
Equivalentes de caixa avaliados ao valor justo por meio de resultado			
Aplicação em CDB	-	1.229.194	11.731.285
Total caixa e equivalentes de caixa	239.133	1.722.408	12.626.586

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas pela taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 01 de janeiro de 2011.

4. Contas a receber

O saldo das contas a receber da Entidade em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é composto exclusivamente por valores a receber de seus patrocinadores em dinheiro e na modalidade *Value in Kind* (VIK), sendo o montante, quando aplicável, atualizado monetariamente pelo IPCA, nas condições estabelecidas em contrato firmado com o respectivo patrocinador.

Segue composição:

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011
Contas a receber - patrocínio	81.233.376	51.842.632	-
Total de contas a receber	81.233.376	51.842.632	-
Circulante	11.779.795	34.835.000	-
Não circulante	69.453.581	17.007.632	-
Total de contas a receber	81.233.376	51.842.632	-

5. Adiantamentos

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011
Adiantamento de comissões ao COB (1)	1.077.488	-	-
Adiantamento de férias	1.053.952	-	-
Total	2.131.440	-	-

(1) Valor adiantado pela Entidade ao COB, a título de comissão sobre o direito de uso da marca sobre a parcela de patrocínio efetivamente recebida, cuja forma e cujas condições de pagamento são estabelecidas no Joint Marketing Program Agreement, mencionado na nota explicativa nº 1.

6. Imobilizado

a) Os detalhes do ativo imobilizado da Entidade estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011
Máquinas e equipamentos	191.154	170.910	46.587
Equipamentos de informática	154.154	142.805	9.240
Móveis e utensílios	101.834	110.757	30.199
Instalações	4.650	5.270	5.890
Telefonia	1.455	-	-
Aparelhos de gravação	3.319	-	-
Construções em andamento (1)	3.697.789	-	-
Total	4.154.355	429.742	91.916

(1) Referem-se a gastos com a construção da nova sede da Entidade, a ser concluída em até o final de 2013.

b) Movimentações no ativo imobilizado

Custo	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Telefonia	Aparelhos de gravação	Construções em andamento	Total
Em 01 de janeiro de 2011	47.835	31.236	6.200	9.817	-	-	-	95.088
Adições	135.229	88.265	-	153.577	-	-	-	377.071
Em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	183.064	119.501	6.200	163.394	-	-	-	472.159
Adições	39.915	3.223	-	54.678	1.680	3.688	3.705.619	3.808.803
Baixas				(7.830)				(7.830)
Em 31 de dezembro de 2012	222.979	122.724	6.200	210.242	1.680	3.688	3.705.619	4.273.132

Depreciação	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Telefonia	Aparelhos de gravação	Construções em andamento	Total
Em 01 de janeiro de 2011	(1.248)	(1.037)	(310)	(577)	-	-	-	(3.172)
Adições	(10.906)	(7.707)	(620)	(20.012)	-	-	-	(39.245)
Em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	(12.154)	(8.744)	(930)	(20.589)	-	-	-	(42.417)
Adições	(19.671)	(12.146)	(620)	(35.499)	(225)	(369)	(7.830)	(76.360)
Em 31 de dezembro de 2012	(31.825)	(20.890)	(1.550)	(56.088)	225	369	7.830	118.777

A Administração utiliza como prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado a data de 31 de dezembro de 2016, em função do encerramento das suas atividades operacionais diretamente ligadas aos Jogos.

7. Intangível

a) Composição dos saldos

	Líquido		
	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011
Com vida útil definida			
Direito de uso de software	869.956	246.635	29.848
Direito de uso de marca - CPI (i)	17.099.646	21.374.557	-
Total	17.969.602	21.621.192	29.848

(i) Refere-se ao valor contratado junto ao Comitê Paralímpico Internacional (CPI) para a utilização de marca do mesmo. O valor a pagar referente a este direito encontra-se apresentado na nota explicativa nº 10.

b) Movimentação dos saldos

Com vida útil definida	Direito de uso de software	Direito de imagem	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2011	29.848	-	29.848
Adições	245.719	21.730.800	21.976.519
Amortização	(28.932)	(356.243)	(385.175)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	246.635	21.374.557	21.621.192
Adições	706.358	-	706.358
Amortização	(83.036)	(4.274.911)	(4.357.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	869.956	17.099.646	17.969.602

A Administração utiliza como prazo de vida útil dos bens do ativo intangível a data de 31 de dezembro de 2016, em função do encerramento das suas atividades operacionais diretamente ligadas aos Jogos.

8. Empréstimos

Referem-se a empréstimos para de capital de giro e conta garantida e estão representados conforme a seguir:

Aquisição	Instituição/ entidade	Finalidade	Taxa de juros	Moeda	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011
12/2012	Bradesco	Linha de crédito	CDI + 3,04% a.a.	Real	2.345.896	-	-
01/2012	Comitê Olímpico Internacional (i)	Capital de giro	3,25% a.a. + taxa fixa de 0,25% a.a.	Dólares norte-americanos	63.309.590	-	-
04/2011	Comitê Olímpico Internacional (ii)	Capital de giro	3,50% a.a. + taxa fixa de 0,25% a.a.	Dólares norte-americanos	-	38.451.331	-
06/2010	Comitê Olímpico Internacional (ii)	Capital de giro	3,25% a.a. + taxa fixa de 0,25% a.a.	Dólares norte-americanos	-	38.871.122	33.324.000
Total					65.655.486	77.322.453	33.324.000

(i) O empréstimo obtido junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) tem como cronograma o pagamento de todo o seu principal em 2014, sendo que seus juros são pagos anualmente. De acordo com o contrato de empréstimo, há cláusula restritiva quanto à antecipação do saldo remanescente do empréstimo, caso a Entidade não cumpra as liquidações financeiras nas datas pré-estabelecidas. Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações contábeis, a Entidade cumpriu as exigências desta cláusula contratual.

(ii) Liquidados em setembro de 2012.

Abaixo apresentamos a segregação dos empréstimos entre circulante e não circulante:

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011
Circulante	4.350.486	77.322.453	-
Não circulante	61.305.000	-	33.324.000
Total	65.655.486	77.322.453	33.324.000

9. Fornecedores

O saldo da conta é composto principalmente por fornecedores de infraestrutura, tecnologia dos Jogos e serviços em geral.

10. Contas a pagar

O saldo de contas a pagar é composto, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e 1 de janeiro de 2011 da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011
Valores a pagar - COI (i)	24.598.842	13.079.803	-
Valores a pagar - CPI (ii)	19.617.600	22.509.600	-
Outros contas a pagar	42.862	183.234	22.265
Total	44.259.304	35.772.637	22.265
<hr/>			
Circulante	30.281.764	4.911.316	22.265
Não circulante	13.977.540	30.861.321	-
Total	44.259.304	35.772.637	22.265

(i) Referem-se a pagamentos de serviço de tecnologia dos Jogos e de proteção internacional da marca, pagos pelo COI e cobrados a Entidade em moeda estrangeira. O pagamento deste montante está previsto para 2013.

(ii) Referem-se à aquisição no direito de uso da marca do CPI, conforme descrito na nota explicativa nº 7. O montante original é de US\$ 12.000.000,00 (R\$ 24.522.000 em 31 de dezembro de 2012), sendo 9 parcelas fixas e pagas semestralmente até 2016.

11. Comissões a pagar

Referem-se a comissões apuradas sobre receitas reconhecidas de patrocínio e licenciamento, conforme estabelecido nos contratos especificados na nota explicativa nº 1 e atualizados monetariamente de acordo o estabelecido nos respectivos contratos. O saldo é composto da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011
Comissões a pagar - COI (i)	21.026.334	7.714.030	-
Comissões a pagar - COB (ii)	11.848.802	6.328.985	-
Total	32.875.136	14.043.015	-
<hr/>			
Circulante	28.910.557	12.975.860	-
Não circulante	3.964.579	1.067.155	-
Total	32.875.136	14.043.015	-

(i) Conforme estabelecido no Marketing Program Agreement, toda a comissão em dinheiro sobre o recebimento efetivo de patrocínio pela Entidade deve ser repassado ao COI trimestralmente. A comissão sobre a receita na modalidade *Value in Kind* (VIK) será repassada em duas parcelas durante o exercício de 2016.

(ii) Conforme estabelecido no Joint Marketing Program Agreement, toda a comissão em dinheiro sobre o recebimento efetivo de patrocínio pela Entidade deve ser repassado ao COB semestralmente. A comissão sobre a receita na modalidade *Value in Kind* (VIK) será repassada, de acordo com a necessidade de utilização de produto ou serviço pelo COB.

12. Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher

O saldo de impostos, taxas e contribuições sociais a recolher são compostos da seguinte forma:

Impostos e taxas	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
		(reapresentado)	
IRRF a recolher	1.904.262	1.111.680	242.238
CIDE a recolher	-	10.829	37.833
PIS/Cofins/CSLL e contribuições a recolher	93.332	223.597	17.531
Total	1.997.594	1.346.106	297.602

Contribuições sociais	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
		(reapresentado)	
INSS a recolher	1.528.814	918.778	313.808
PIS s/ folha a recolher	84.985	39.156	10.572
FGTS s/ folha a recolher	545.749	-	-
Total	2.159.548	957.934	324.380

13. Provisões trabalhistas

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011
Salário a pagar	41.464	-	-
Provisão de férias	4.121.776	2.595.484	-
Provisão INSS s/ férias	1.145.854	721.545	-
Provisão FGTS s/ férias	329.742	207.638	-
Provisão PIS s/ férias	41.218	25.955	-
Provisão para dissolução trabalhista	3.470.174	1.316.327	-
Total	9.150.228	4.866.949	-

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	01/01/2011
Circulante	5.680.054	3.550.622	-
Não circulante	3.470.174	1.316.327	-
Total	9.150.228	4.866.949	-

14. Adiantamento de patrocinadores

	31/12/2012
Adiantamento - patrocínio (i)	11.964.047
Adiantamento - direito de transmissão (ii)	81.200.000
Total	93.164.047
Circulante	11.964.047
Não circulante	81.200.000
Total	93.164.047

(i) Refere-se à parcela recebida pelos Patrocinadores em dinheiro, cujo reconhecimento da receita se dará nos períodos subsequentes, conforme descrito no item “j” da nota nº 2.2.

(ii) Refere-se a adiantamento concedido pelo COI à Entidade a título de direitos que ela tem sobre a transmissão dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. O reconhecimento da receita sobre esses direitos se dará quando do início dos referidos Jogos.

15. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados, basicamente, aplicações financeiras e empréstimos.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Entidade elege as instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado.

Empréstimos

Os empréstimos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e de 01 de janeiro de 2011, a Entidade não possuía nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b) Fatores de risco financeiro

i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2012 a Entidade possuía obrigações contratadas com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paralímpico Internacional (CPI) em moeda estrangeira, conforme segue:

		R\$
Empréstimos - COI	Nota Explicativa nº 8	63.309.590
Contas a pagar - COI	Nota Explicativa nº 10	24.598.842 (a)
Contas a pagar - CPI	Nota Explicativa nº 10	19.617.600

(a) Liquidado em 8 fevereiro de 2013.

A Entidade possui uma política de proteção cambial (*hedge* cambial) já aprovada e que será implementada a partir de abril de 2013.

ii) Risco de taxa de juros

A Administração da Entidade considera, que em 31 de dezembro de 2012, o risco de taxa de juros está mitigado em função dos seguintes fatos:

a) A Entidade possuía linha de crédito (conta garantida) para a manutenção de seu capital de giro no valor de R\$ 2.345.896 (conforme apresentado na nota explicativa nº 8). Essa obrigação foi integralmente liquidada em 02 de fevereiro de 2013, não restando assim, qualquer outra obrigação financeira dessa natureza em moeda nacional.

b) O empréstimo em moeda estrangeira no montante de R\$ 63.309.590 (conforme nota explicativa nº 8) está indexado a taxa de juros de 3,25% a.a. + taxa fixa de 0,25% a.a., abaixo do praticado no mercado nacional.

16. Receita e comissões

a) Composição

A composição de patrocínio e comissões são as seguintes em 31 de dezembro de:

Receitas	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011 (reapresentado)		
	Receita	Comissões	Líquido	Receita	Comissões	Líquido
Patrocínio	193.862.592	(34.345.841)	159.516.751	109.608.094	(19.925.477)	89.682.617
Licenciamento	936.474	(134.209)	802.265	-	-	-
Total	194.799.066	(34.480.050)	160.319.016	109.608.094	(19.925.477)	89.682.617

b) Receitas contratadas em 31 de dezembro de 2012

Modalidade	31 de dezembro de 2012		
	Contratado	Reconhecido	A reconhecer
Patrocínio - dinheiro	699.300.000	(204.642.105)	494.657.895
Patrocínio - <i>Value in Kind</i> (VIK)	442.400.000	(98.828.581)	343.571.419
Licenciamento - dinheiro	936.474	(936.474)	-
Total	1.142.636.474	(304.407.160)	838.229.314

17. Despesas com pessoal

A composição das despesas com pessoal em 31 de dezembro:

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)
Salários e ordenados	44.066.751	24.059.585
INSS patronal	14.062.852	7.553.664
13º salário	3.972.494	2.096.654
Férias (provisão)	5.272.958	3.017.297
FGTS	4.436.877	2.221.829
INSS (provisão) s/ férias	464.185	761.723
PIS	520.197	266.980
Vale-refeição	2.310.058	1.213.670
Assistência médica	1.238.603	963.973
Outros	521.720	1.448.249
Total	76.866.695	43.603.624

18. Despesas gerais e administrativas

Composição das despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro:

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)
Serviços prestados (i)	58.650.701	48.212.839
Software de TI/informática	5.975.389	709.598
Despesas com viagens e representações	5.882.818	3.489.032
Honorários advocatícios	4.823.596	3.680.775
Aluguéis e condomínios	2.166.429	1.574.773
Outras despesas administrativas	4.659.145	4.252.425
	82.158.078	61.919.442

(i) Refere-se à contratação pela Entidade de serviços nos mercados nacionais e internacionais, onde os principais são: serviços de consultoria de integração de infraestrutura e banco de dados, serviço de proteção da marca Olímpica, serviços de assessorias em diversas áreas da organização prestados por meio da modalidade *Value in Kind* (VIK) e serviço de consultoria em tecnologia dos Jogos.

19. Despesas com eventos

Referem-se às despesas referentes aos eventos promovidos pela Entidade com a finalidade da propagação do espírito Olímpico, onde se destacam a realização da criação de espaço em Londres para a promoção do Brasil durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2012 (Casa Brasil), da organização da passagem das bandeiras Olímpica e Paralímpica durante a cerimônia de encerramento dos referidos Jogos (*Flag Handover*) e da realização de sessões de passagem de experiência dos Jogos realizados pelo Comitê (*Debriefing*).

20. Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimentos - CDB	2.407.668	2.539.262
Variação cambial	22.661.918	-
Variação monetária sobre receita	6.559.700	360.000
Outras receitas financeiras	8.478	16.937
	31.637.764	2.916.199
Despesas financeiras		
Juros e despesas bancárias	(4.871.062)	(2.352.216)
Variação cambial passiva	(41.616.244)	(11.947.335)
Variação monetária sobre comissões	(1.196.210)	(59.040)
Impostos s/ aplicação e empréstimos	(673.434)	(2.465.539)
Outras despesas financeiras	(150.219)	-
	(48.507.169)	(16.824.130)
Resultado financeiro líquido	(16.869.405)	(13.907.931)

21. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Entidade não remunera os seus conselheiros e os integrantes da sua diretoria estatutária. Somente os integrantes da diretoria executiva são remunerados. Essa remuneração está abrangida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Até 31 de dezembro de 2012, a Entidade pagou a essa diretoria, a título de salários, o montante de R\$ 3.136.004 (R\$ 2.710.746 em 2011).

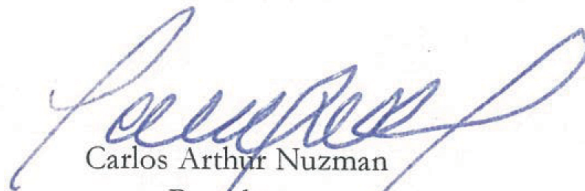
22. Compromissos assumidos

A Entidade possui diversos compromissos firmados com diferentes órgãos relacionados à organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, regidos pelos seguintes principais contratos:

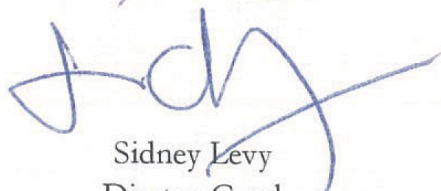
- a) Acordo da Cidade-Sede (Host City Contract), documento assinado pela Cidade do Rio de Janeiro quando de sua eleição como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Esse acordo especifica em detalhes os direitos e obrigações de todas as partes envolvidas na organização dos dois eventos, estabelecendo as bases para a parceria que fundamenta o trabalho do Comitê Organizador da Entidade com o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paralímpico Internacional e seus parceiros
- b) Marketing Programme Agreement e o Joint Marketing Programme Agreement, documento em que ambos estabelecem as diferentes fontes de receita provenientes do evento e a participação dos Comitês Olímpicos e Paralímpicos nacionais e internacionais a título de comissão por utilização de suas respectivas marcas.

Para poder cumprir com os seus compromissos, a Entidade conta, além dos seus patrocinadores locais, com patrocinadores internacionais (Top Sponsors), patrocinadores com vínculo contratual direto com o Comitê Olímpico Internacional e que provém recursos às cidades-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Cabe ressaltar que é de interesse nacional a entrega dos Jogos Olímpicos, bem como sua visibilidade positiva perante o cenário mundial. Como consequência, o Governo firmou compromisso em prover recursos para que o Rio 2016 cumpra com seus objetivos (documentado no Host City Contract).

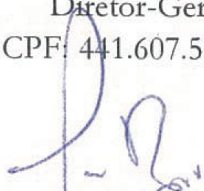
* * *



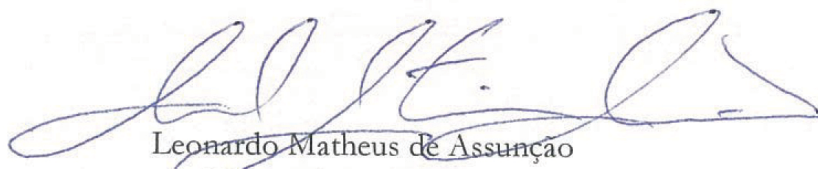
Carlos Arthur Nuzman
Presidente
CPF: 007.994.247-49



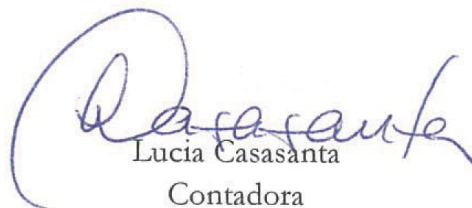
Sidney Levy
Diretor-Geral
CPF: 441.607.557-04



Marcos Beaklini
Gerente-Geral de Finanças
CPF: 822.632.487-49



Leonardo Matheus de Assunção
Gerente de Controladoria
CPF: 072.486.297-82



Lucia Casasanta
Contadora
CRC RJ-076210/ O-2

04.2013

A reprodução, sob qualquer forma, deste documento é terminantemente proibida, salvo mediante a prévia e expressa (por escrito) autorização do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™. Eventuais autorizações para reprodução deverão ser solicitadas, por via eletrônica, para o endereço protecaoasmarcas@rio2016.com

Comitê Organizador dos
Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

rio2016.com